

## O lugar do negro na imprensa goiana: 1983-1993

**Allysson Fernandes Garcia**

Mestre em História – Universidade Estadual de Goiás  
E-mail: [allysson.garcia@gmail.com](mailto:allysson.garcia@gmail.com)

**Resumo:** O poder de nominar e normatizar cabe a quem pode fazer circular ideias, conceitos, símbolos. Pensamos a produção midiática como espaço de domínio e poder. Percebemos a situação de privilégio do jornal em relação aos leitores, levando em conta que a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Assim, na análise da escrita e imagem do jornal goiano “O popular” - afiliado as Organizações Globo, apresentamos o lugar do negro no discurso do jornal.

**Palavras-chave:** História. Mídia. Racismo

### Introdução

A imprensa, especificamente, e a mídia, em geral, desempenham um papel importante na comunicação entre os homens, como meio de informação e mesmo de entretenimento. Sua importância e as consequências sócio-culturais para o mundo moderno ocidental, já há algum tempo, têm se tornado freqüente nos trabalhos científicos.

Maria Helena Capelato ao discutir a imprensa como objeto da história afirma que a historiografia mais recente redefiniu o significado do documento para a história. Esta redefinição amenizou e até mesmo excluiu as “suspeitas” contra a imprensa enquanto objeto de estudo da história (1988: 20). Esta mudança de postura seria fruto de um esforço dos historiadores contemporâneos que, ao repensarem problemas, abordagens e objetos da história, questionaram as concepções tradicionais.

Estabeleceu-se, assim, uma nova concepção da história que redimensiona até mesmo a ideia de passado. Sendo ele agora admitido como construção e reconstrução a partir das necessidades e perspectivas do presente. A imprensa passaria, no entanto, a estar habilitada a ser documento, inserida tanto como abordagem, quanto como objeto da história.

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, aos historiadores fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. (Idem)

É neste sentido que busco interpretar a visibilidade dada aos negros na imprensa goiana, especificamente no jornal *O Popular*, editado pela Organização Jaime Câmara, afiliada às Organizações Globo em Goiás. Fundado em 1938 é o principal jornal do Estado de Goiás. Apesar do nome seu espectro de leitores é a classe média e alta. Assim, posso afirmar que o jornal representa as idéias daquelas camadas da população. Hoje, segundo dados, da própria organização o jornal alcança uma média de 34% da população goiana. Portanto é uma mídia de grande circulação, pautando as informações e idéias que devem ser notícia.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no mestrado, onde analisei o aparecimento e trajetória da cultura hip-hop em Goiás. Ao acessar os arquivos para buscar informações e vestígios sobre esta expressão cultural negra me deparei com imagens que me chamaram a atenção pelo total desrespeito para com a população negra de Goiás. Mas esta percepção se deu graças a uma certa formação que possibilitou ler os documentos jornalísticos com um olhar crítico e que possibilitou atravessar as “sutilezas” da visão de publicitários, jornalistas, chargistas sobre o negro.

A aparição dos negros no jornal não é algo corriqueiro fora das colunas de esporte e das páginas policiais. Ou seja, o estereótipo está presente nos processos de aparição do negro na mídia. Sua aparição fora do estereótipo em geral ocorre nas efemérides ou a partir de eventos pautados pelas agências nacionais, como no caso dos cem anos da abolição, nos trezentos anos da morte de Zumbi, apesar de ainda assim emergir imagens arditas.

Como o foco principal da minha pesquisa não era a análise da mídia em si, desenvolvo esta interpretação a partir da análise dos jornais publicados entre os anos de 1983 e 1993. Não há necessariamente uma baliza para tal escolha, porém o recorte possibilita perceber permanências ou mudanças na apresentação e representação do negro no jornal *O Popular*.

Vários estudos vêm demonstrando já algum tempo como a imprensa brasileira a fim de apresentar uma imagem de um Brasil cordial em termos raciais tem negado aos negros um lugar de prestígio. Desempenhando um desserviço a uma verdadeira democracia, quando alimenta a reprodução do estereótipo e da estigmatização da população negra. Em *O negro na publicidade*, Carlos Hasenbalg (1982), demonstra como se manifestava nas publicidades brasileiras o racismo presente na cultura, cuja evidência se apresentava na invisibilidade do negro, bem como na auto-imagem embranquecida disseminada na mídia impressa e televisiva. Mais de vinte anos depois da pesquisa de Hasenbalg notamos que não houve uma mudança expressiva nesta relação ambígua entre a imprensa e a população negra no Brasil, como demonstra os artigos reunidos no livro *Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro* (CARRANÇA; BORGES: 2004). Reafirmando esta constatação Edimilson Pereira e Núbia Gomes esclarecem essa relação arditosa entre mídia e os negros no Brasil:

A nossa mídia impressa tem-se constituído como espaço de ambivalência para a representação dos negros, na medida em que não os toma como agentes sociais – daí a ausência de negros em muitas das páginas editadas – ou os apresenta segundo um recorte estigmatizado – veja-se a reiteração de estereótipos de negros atletas, artistas ou marginais. (...) a mídia estabelece recortes da diversidade cultural brasileira e os apresenta como se fossem o centro e modelo de uma cultura. (2001: 46-47)

## Estereótipo e estigmatização no lugar da informação

Aqui será necessário pensar na escrita como domínio, poder. Devemos relativizar a situação de privilégio do jornal em relação aos leitores, levando em conta que a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Assim, na análise da escrita e das imagens presentes na imprensa, procuramos perceber os lugares dos sujeitos dentro do embate político existente no período em que ele foi publicado.

Duas charges publicadas no jornal *O popular* entre os anos de 1983 e 1984 nos chamaram a atenção. Tais imagens traziam um sistema de conotação que confirmariam o seu caráter simbólico – segundo Roland Barthes este sistema seria aquele que adota os signos de outro sistema, para deles fazer seus significantes. Porém, os conotadores na imagem são “*traços descontínuos*”, ou melhor, “*erráticos*”, assim, “nem todos elementos da lexia podem ser transformados em conotadores, resta sempre no discurso uma certa denotação, sem a qual o discurso simplesmente não seria possível” (1990: 27-43).

No caso dessas duas charges, o determinante sintagmático seria as projeções para o novo ano que chegava. No caso o ano de 1984. Em geral, espera-se um ano novo melhor do que o que passou. Como já dizia o adágio “popularizado”: *Feliz ano novo, adeus ano velho; Que tudo se realize no ano que vai nascer; Muito dinheiro no bolso; Saúde pra dar e vender*<sup>1</sup>.

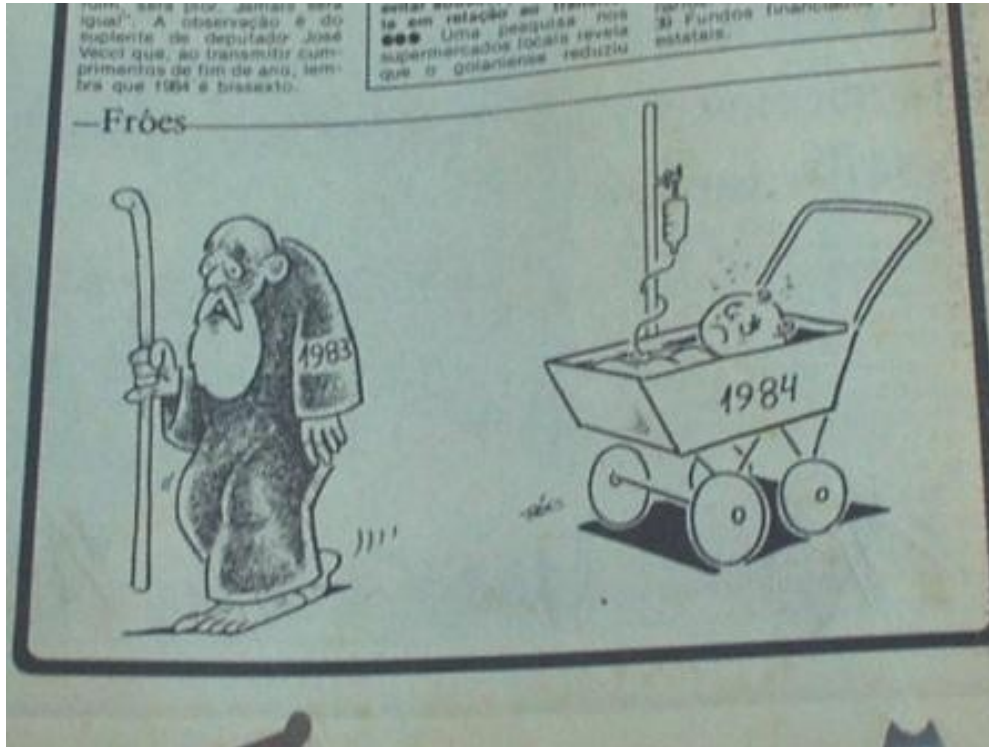
Porém, as estatísticas e ações do governo militar do General João Batista Figueiredo<sup>2</sup>, sobretudo relacionadas à economia, demonstravam que o dinheiro seria escasso. Baseada ainda na doutrina do milagre econômico em que o crescimento econômico era uma meta a ser atingida a qualquer custo, a política econômica de Delfim Neto tinha como alternativa o endividamento externo. Em 1981, a dívida externa brasileira chegava a “US\$ 61,4 bilhões” com um serviço de mais da metade do valor das exportações, em torno de “US\$ 7 bilhões” e atingindo uma inflação de “110%” ao ano. Para combater essas taxas, a indexação e a desvalorização da moeda eram utilizadas (SKIDMORE: 1988).

Com a finalidade de manter o crescimento, um novo empréstimo com o Fundo Monetário Internacional foi acertado, e em janeiro de 1983 assinada uma “carta de intenções” na qual o governo brasileiro “se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária”. Repetia-se na prática a velha “fórmula ortodoxa” de “reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais frequentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais” (Idem, pp. 459-460). A crise econômica se aprofundava gerando falências de empresas, o aumento do desemprego e o crescimento da dívida externa. Em 1983, a inflação ultrapassou os 200% ao ano, criando uma conjuntura econômica bastante grave (SEVCENKO, 2001).

<sup>1</sup> Refrão da música “Fim de Ano”, de Francisco Alves e David Nasser, gravada por João Dias em 1951. Cf. DICCIONARIO CRAVO ALBIN DE MUSICA POPULAR BRASILEIRA. Disponível em <http://www.dicionariompb.com.br>, acesso entre 05/12/2006.

<sup>2</sup> Último presidente do regime militar – governou entre 1979 à 1985.

Dentro daquele processo de crise econômica, o chargista do jornal *O Popular* procurou expressar a mudança do ano, através da simbologia da doença:



**Imagem 1 - Charge Frões<sup>3</sup>**

Nesta charge o ano de 1984 é conotado como uma criança branca doente, enquanto 1983, o ano “velho”, na forma de um ancião, sai de cena. Enquanto doente aquele ano poderia se curar. A doença, um fardo, mas que pode ser extirpado. Principalmente porque crianças brancas são mais atendidas pela rede de saúde pública e privada no Brasil.

Os censos demográficos de 1960/1980 do Brasil revelam que, em 1960, para cada mil crianças brancas nascidas, 105 morriam antes de completar um ano de idade, enquanto de cada mil crianças negras nascidas, 148 morriam antes de completar um ano. Isso significava que, em 1960, para mil crianças, as mães negras perderam 43 crianças a mais que as mães brancas. (*Cadernos Geledés*, s.d. *Apud* ALBERTO, 1998: 66)

Esta realidade pouco mudou da década de 1960 para 1990:

Segundo a PNAD/IBGE de 1996, a taxa de mortalidade infantil das crianças negras era, em meados dos anos 1990, 71% maior que entre as crianças brancas, e a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos de crianças negras era 67% maior que a mesma taxa entre crianças brancas. (PAIXÃO, 2003: 78-79)

<sup>3</sup> Jornal *O popular*, Goiânia, 31 de dezembro de 1983 e 01 de janeiro de 1984, p. 2.

Já na charge do dia 03 de janeiro, o ano novo ruim é conotado por uma criança negra. O indivíduo que se depara com a imagem da criança negra, espantado, expressa uma mensagem linguística: *A coisa já chegou preta!*



**Imagem 2** - Charge Fróes<sup>4</sup>

Retomando mais uma vez Barthes, poderíamos dizer que “toda imagem é polissêmica e pressupõe subjacente a seus significantes, uma ‘cadeia flutuante’ de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros”, daí a mensagem linguística se tornar uma técnica destinada a *fixar* um sentido escolhido *a priori*, sendo ela uma fixação moral e ideológica, expressão de uma sociedade. A mensagem poderia ainda ter uma função de *relais*, onde “a palavra e a imagem têm uma relação de complementaridade; as palavras são, então, fragmentos de um sintagma mais geral, assim como as imagens, e a unidade da mensagem é feita em um nível superior: o da história, o da anedota, o da diegese.” Esta função traria uma mensagem menos “trabalhosa”, no sentido de seu entendimento (1990: 32-33).

A criança negra, da charge do dia 03 de janeiro, ao contrário da criança branca traria consigo o “fardo” da *cor*. No Brasil, quanto mais escura for a pele, ou mais crespo o cabelo da pessoa, certamente mais fora da participação social, menos em pé de igualdade com aqueles de pele mais clara. Apesar dos dados quantitativos, vários intelectuais ou correntes acadêmicas teimam em estabelecer simplesmente uma discriminação social.

Ao interpretar estas imagens no âmbito da modernidade/ colonialidade, a fixação do significado conotado na charge do dia 03 de janeiro apresenta-nos, pois, a “sobredeterminação do exterior”. Ou seja, a partir da “aparência”, o outro, o branco, sujeito representante legítimo e natural da civilização moderna ocidental, aprisionou os

<sup>4</sup> Jornal *O popular*, Goiânia, Terça, 3 de janeiro de 1984, p.2.

negros em um “círculo infernal” de rejeição baseado no “preconceito de cor” (FANON, 1983).

A noção de “colonialidade do poder” é acionada aqui para pensarmos essa fixação de estereótipos negativos para com as populações de cor no mundo moderno. Esta noção de colonialidade do poder se identificada com o capitalismo e sua consolidação na Europa nos séculos 15 a 18. Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, tal noção implica e se constitui por meio da “classificação e reclassificação da população do planeta”. Este processo se deu pela construção de uma “estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações” (escolas, igrejas, etc.). Mas principalmente pela consolidação de uma “perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz do poder e a partir da qual canalizar a nova produção do conhecimento” (Apud, MIGNOLO, 2003: 40-42).

O mais importante é perceber como a construção da alteridade, dentro do discurso do colonialismo, dependeu do conceito de “fixidez”, enquanto signo da “diferença cultural/histórica/racial”. Esta fixidez estabelece uma “representação paradoxal”, uma vez que “conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca”. O estereótipo emerge no discurso colonial como sua “principal estratégia discursiva”, sendo inclusive e, portanto, uma forma de “conhecimento e identificação” (BHABHA, 1998: 105). Pois,

[O] discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. (...) em que o espaço “ideológico” funciona de maneiras mais abertamente coniventes com exigências políticas e econômicas. (Ibdem: 127-128)

Mesmo com os processos de independência e descolonização este processo de manutenção do poder baseado na dominação e exploração dos “outros” racializados permanece. Conforme Nicolau Sevcenko o colonialismo nunca foi extinto, mas apenas passou das mãos estrangeiras para o domínio local, “continuando a servir aos mesmos propósitos de exploração econômica e expropriação predatória de recursos naturais” (2001: 51).

A exploração econômica se efetivou a partir da inferiorização do outro. O processo de racialização da diferença concretizado durante o século XIX perdurou. Os atributos negativos incorporados às pessoas de pele escura, e aí a toda suas manifestações, demonstram, como na charge, o quanto o corpo negro “veicula um tipo de código moral e estético determinado, sobretudo, por seus traços externos” (FONSECA, 2000: 90). Esse código nascido dentro dos processos de colonização e expansão do capital prevalece nas sociedades pós-coloniais.

Mesmo no Brasil atual, as desigualdades sociais que poderiam ser explicadas por um ponto de vista econômico são justificadas como características de uma inferioridade racial. A visão de que os negros têm condições de vida piores porque carregam o peso da escravidão é voz corrente, e esse dado histórico transforma-se em estigma, em marca indelével que transforma cor em maldição. Negro e negrura delineiam-se por traços diferenciadores construídos por um discurso legitimado como verdadeiro. (Ibdem: 102)

A legitimação da diferença produzida pelo grupo hegemônico se deu por meio não só da mídia escrita, mas também através das novelas (ARAÚJO, 2000), na

literatura (CABRERA, 2004) e pela produção de conhecimento (SANTOS, 2002). Em geral o discurso hegemônico negou a existência de racismo no Brasil, ou, mesmo quando afirmaram sua existência, procuraram explicar as desigualdades raciais pela diferença de classe, um problema social e econômico. A perspectiva de uma sociedade mestiça e essencialmente brasileira, onde não caberiam polarizações entre brancos e negros é acionada para amenizar possíveis contestações da “democracia racial”.

Em uma publicidade do Departamento Estadual de Trânsito, no jornal *O Popular* de 01 de janeiro de 1986, há em destaque a seguinte frase: “O negro mais amado de Goiás”. A propaganda publicizava a pavimentação asfáltica que o governo do estado havia realizado em 1985. Por outro lado, publicizava o “negro” que era amado em Goiás. Não o ser humano de pele mais escura, o afro-brasileiro, mas sim, o asfalto, símbolo de modernidade urbanística, de bem estar e progresso.



**Imagem 3 - O negro mais amado de Goiás<sup>5</sup>**

Dentro do processo de racialização os atributos de progresso não se identificam com o negro. O lugar do negro é baseado na construção do mundo social e da nação, que lhe impõe um lugar desprestigiado e os clichês visuais servem para julgar, qualificar e posteriormente nomear, tornando-se clichês verbais de negativização.

<sup>5</sup> Jornal *O popular*, Goiânia, 01 de janeiro de 1986, p.8.

Outra propaganda altamente significativa neste sentido procurava relacionar três questões: uma baseada ao dia das mães, outra ao dia da abolição, e outra vinculada à questão dos meninos de rua.



**Imagem 4** - Tem filho que ainda nem achou mãe.<sup>6</sup>

O grupo empresarial, através dos publicitários, reforça o estigma do negro, bem como alimenta uma imagem negativa: uma criança que nem mãe possui. Tranqüilos poderiam ficar os leitores do jornal – maioria branca de classe média e alta, consumidora dos carros que a empresa vendia –, uma vez que suas famílias não sofreriam deste mal.

O efeito produzido por essa via de mão única no seio da população negra é traumático. Primeiro porque a violência racial exerce duas maneiras distintas de coerção. Uma física e irrefutável, outra simbólica e questionável. No plano da estética esta coerção simbólica produz uma crise esquizofrênica na mente negra, que anula qualquer resquício de auto-imagem positiva que nela possa haver. (OLIVEIRA, 1999: 30)

### Imagens ambivalentes, imagens ardilosas...

<sup>6</sup> Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, p. 11.



Segundo Ana Valente e Neusa Gusmão, o problema de todo grupo discriminado seria a modificação de sua auto-imagem (1988: 139). O que nos alerta para a importância de uma reconstrução histórica que valorize o grupo negro no Brasil, uma reescrita da história do Brasil a partir da valorização das culturas negras. Tardiamente mas ainda a contento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi modificada, com a Lei Nº. 10.639, de janeiro de 2003. Esta lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e incorporou ao Estado brasileiro uma reivindicação dos movimentos negros, conquistada por suas ações constantes e irredutíveis ao longo do século XX.

Exemplo daquelas reivindicações é o 'Programa de Ação do Movimento Negro Unificado', aprovado no seu IX Congresso Nacional em março de 1990, onde salientava uma educação voltada aos "interesses do povo negro e de todos os oprimidos". A finalidade dessa educação estava em demonstrar que o negro era e é "Gente na História", a fim de que se pudesse percebê-lo como "Agente da História". Estabelecia assim, alguns pontos necessários para a transformação da realidade que assolava a população negra em nosso país:

- Desenvolver projetos autônomos de alfabetização, tendo como base a questão racial. – Mobilizar o povo negro para, junto com o MNU, criar escolas alternativas onde o ensino formal esteja associado à história e à cultura do negro brasileiro. – Elaborar um currículo afro-brasileiro para as escolas alternativas e como subsídio para as escolas formais. – Estimular a produção de material didático anti-racista, em especial para os cursos de Magistério e Pedagogia. – Desenvolver projetos para crianças e adolescentes onde a educação e a cultura sejam enfocadas como forma de resistência, organização e resgate da negritude. – Desenvolver, orientar e ministrar cursos, palestras, seminários dirigidos à comunidade escolar.<sup>7</sup>

Além do mais uma agenda de luta foi estabelecida pelo MNU: "contra a discriminação racial nas escolas e por melhores condições de ensino", pela "inclusão da disciplina História da África e do Povo Negro no Brasil nos Currículos Escolares", "por um ensino voltado para os valores e interesses do povo negro e de todos os oprimidos" e "por um Ensino Público e Gratuito em todos os níveis".<sup>8</sup>

Em Goiás, até o início dos anos 1990, os meios de comunicação pouco ou quase nada noticiaram da organização e a luta do povo negro. Os artigos e ensaios de Martiniano Silva, um advogado e historiador goiano, e ativista do movimento negro, são quase as únicas aparições desse contra-discurso negro. Em geral, os artigos e imagens se restringiram a momentos como o 13 de maio e o 20 de novembro. Como percebidos nas tiras do personagem Kâteca.

---

<sup>7</sup> Retirado do Programa de Ação do MNU, Aprovado no IX Congresso Nacional em Belo Horizonte, 13 a 15/04/1990. In: Documentos Básicos do MNU, Salvador – Bahia – 1992, pp. 04-24.

<sup>8</sup> Idem.



Imagem 5 - Kàteca<sup>9</sup>

Na tira acima Britvs procura retratar a questão do 13 de maio através do ponto de vista do negro e do branco. Portanto recorre ao estereótipo do negro empregado e do branco patrão. Remete ainda a uma certa imagem do negro como preguiçoso pois que adoraria o 13 de maio por ser feriado.

<sup>9</sup> Jornal *O Popular*, Goiânia, 14 de maio de 1988, p. 2B.



Imagem 6 - Kâteca<sup>10</sup>

Já na tira do dia 15 de maio de 1993, mais uma vez Britvs têm o insight de representar o negro a partir do 13 de maio. Espécie de homenagem e crítica ao racismo existente o alter-ego do artista o personagem Kâteca expressa a discriminação para com o negro. Neste sentido, a máscara cai e o racismo latente é exposto podendo ser captado. Apesar de trabalhar com a ironia não deixa de ser sintomática a representação da garota negra namorada do filho do personagem que é preterida ao uso de um brinco.

As tiras de *Kâteca*, o personagem “índio”, do quadrinista Britvs, muitas vezes mesmo querendo denunciar acabava reproduzindo imagens depreciativas do negro. Fato que levou a uma ação contra ele e o jornal movidos pelo Movimento Negro de Goiás. Percebemos que a partir de 1993 nas datas de 13 de maio, ou 20 de novembro, as tiras de *Kâteca* não apareciam no jornal<sup>11</sup>.

O Popular de 13 de maio de 1988 traz à capa em destaque um quadro expondo através de uma imagem o protesto do MNU no Rio. A legenda da foto do protesto põe em dúvida a existência de racismo no Brasil: “O protesto público do MNU contra o racismo que diz ainda existir no País”. O discurso do jornal coloca o MNU numa posição de inventora de uma prática não existente no país. Para a linha editorial

<sup>10</sup> Jornal *O popular*, 15 de maio de 1993, p. 4B.

<sup>11</sup> Infelizmente não buscamos maiores comprovações a respeito da ação e de seus desdobramentos. O que sabemos é que o quadrinista continua desenhando suas tiras para o jornal.

do jornal e seus leitores, composta pelas classes média e alta, o racismo seria algo inconcebível.



**Imagem 7** - Protesto do MNU.<sup>12</sup>

A ampliação da esfera pública negra, mesmo lenta e gradual, acaba sendo contestada pela dissimulação. O discurso do jornal coloca o MNU numa posição de inventora de uma prática não existente no país. Para a linha editorial do jornal o racismo seria algo inconcebível e sua existência se daria principalmente pelos negros se sentirem inferiores e se auto-discriminarem.

Nesta mesma edição o jornal publica na capa do *Caderno 2*, a matéria “Comemoração de mentiras” em que publicizava a Sessão Especial da Câmara dos Deputados de Goiás: “100 anos de abolição da escravidão no Brasil”. A reportagem apresentava o contraponto representado pelo MNU que afirmava a persistência do racismo e a consequente “marginalização social” da população negra no Brasil e em Goiás<sup>13</sup>. Em um quadro destacado da matéria, intitulado: “Reflexões divergentes”, apresentam a visão “divergente” de cinco negros presentes à sessão - quatro mulheres e um homem -; na ordem que seguem foram publicados e analisados os depoimentos e análises dos entrevistados.

Dona Maria Raimunda de Jesus, de 54 anos, abre o texto dizendo acreditar na “liberdade” advinda com a Abolição. Dona Maria ressalta que a discriminação existe, mas era mais no tempo do cativo, atualmente segundo ela havia diminuído e a própria sessão demonstrava essa mudança de comportamento em relação aos negros<sup>14</sup>. Silvani Silva, integrante do MNU, 22 anos, “diverge” de Dona Maria ao afirmar que só sessões e comemorações não adiantariam. Se não houvesse reflexão “sobre a falta de oportunidade dada ao negro de legislar em causa própria”. Silvani apontava que na mesa da Sessão não havia nenhum representante do Movimento Negro.

<sup>12</sup> Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, capa.

<sup>13</sup> Caderno 2. In: Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, capa.

<sup>14</sup> Caderno 2. In: Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, capa.

A garota Patrícia Alves de Sal, oito anos, conta ao jornal uma história de discriminação ocorrida em sua escola. Ela foi insultada como preta, e diz à reportagem que quando crescer queria ser professora para ensinar aos alunos a não xingar uns aos outros<sup>15</sup>. Outra voz que surge mediada é a de Ana Maria Souza, que critica o reduzido número de parlamentares que dos 41, apenas 15 compareceram a sessão, e apontava que ao analisar os discursos realizados na sessão “nos mínimos detalhes”, os “resquícios de racismo” poderiam ser notados.

Por fim apresentou as impressões do mensageiro Valdivino Monteiro Camargo, conhecido como “pelezinho”, que segundo a matéria respondia “com humor” as “brincadeiras” que faziam como a pergunta: “tá gostando da comemoração do seu dia? (...) O que é isso todo dia é o meu dia”. Valdivino confessava ao jornal que nunca havia sofrido “discriminação pelo fato de ser negro e que acha que é o próprio negro que discrimina”. Para Valdivino o negro devia lutar para conquistar seu espaço e não ficar parado e “com vergonha da cor”<sup>16</sup>. Fechava-se a matéria reafirmando a não existência de racismo. O depoimento de Valdivino Monteiro confirma um discurso recorrente, de que o negro é racista contra ele mesmo e reafirma o primeiro depoimento de Dona Maria de que a discriminação já não haveria como antes<sup>17</sup>.

A introjeção de atributos inferiorizantes seria uma consequência do “racismo cordial” brasileiro? Conforme Hélio Santos “o trabalho é o primeiro e grande parâmetro de todos os negros que vieram ou nasceram aqui” e “só se trabalhou, pouco viveu”, e ainda assim são a maioria dos desempregados como já dito e mesmo o estudo não pode ser tratado como um “passaporte seguro para o sucesso” da população negra (2001: 159-160). Ser “o maior inimigo de si mesmo” acaba por ser um argumento falso, já que, segundo Hélio Santos, seria “impossível o negro ser o maior adversário dos demais negros até porque não tem poder” (Ibidem: 163). Nesse sentido é necessário empreender uma perspectiva que leve em conta e perceba a questão do “racismo” e do “anti-racismo”.

Segundo Larkin Nascimento ainda hoje “é comum lançar contra os movimentos negros e as políticas antidiscriminatórias a acusação de racismo às avessas”, da mesma forma com que a assunção da “identidade da Negritude”<sup>18</sup> foi considerada como “racismo anti-racista” e posteriormente como “racialismo anti-racista” (2003: 52). A discussão renovada faz ressurgir o conceito de “racialismo”, derivado de uma linha de pensamento sociológico inglês e retomado por Anthony Appiah. Segundo este autor “racialismo” é uma das doutrinas que têm competido pelo termo “racismo” e cuja visão seria a

(...) de que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membro de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, segundo

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Segundo Larkin Nascimento (2003, pp. 51-52) Negritude foi um “movimento anticolonialista de intelectuais africanos e antilhanos de língua francesa liderado pelo então futuro governador de Martinique, Aimé Césaire, pelo poeta Leon Damas e pelo futuro presidente de Senegal, Léopold Sédar Senghor”. Cf. também MUNANGA, 1988 e NASCIMENTO, 2002.

a visão racialista, uma espécie de essência racial; e faz parte do teor do racialismo que as características hereditárias essenciais das “Raças do Homem” respondam por mais do que as características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições do rosto – com base nas quais formulamos nossas classificações informais. (1997: 32)

Essa linha de raciocínio, segundo Larkin Nascimento, tende a distinguir o “racialismo” do racismo. Para ela o racismo é um “conjunto de mecanismos discriminatórios institucionais que perpetuam as desigualdades raciais” (2003: 52). Sendo assim a distinção não se sustenta,

(...) porque as teses racistas de cunho biológico são apenas a expressão de uma etapa do processo ideológico do supremacismo branco, que se desenvolve bem antes da formulação científica do critério biológico e mantém sua coerência por vários tempos de mutação. (...) Este se sustenta por meio de uma trama mais ampla de representações que envolvem, sim, o legado das noções biológicas de raça. Esse legado mantém seu impacto, de forma inconsciente, mesmo após a desmoralização do racismo biológico como conceito científico”. (Ibidem: 53)

A mesma conclusão de Florestan Fernandes acerca do “preconceito de ter preconceito”<sup>19</sup> serve para a realidade retratada através das notícias vinculadas pelo jornal de maior circulação no Estado de Goiás. Resta acrescentar a ressalva de Carlos Hasenbalg (1979: 261): “o preconceito de não haver discriminação”.

Este material analisado acaba por demonstrar o quanto à esfera pública acaba sendo um espaço interdito à população negra. A produção de conhecimento e informação de maior circulação são realizadas por terceiros, que acabam por eufemizar ou reproduzir estereótipos. A aparição ou menção à população negra e as suas questões mais pertinentes ocorrem nas efemérides, e acabam por repetir a afirmação de Silvani Silva na mesma matéria acima mencionada<sup>20</sup>, de que após o centenário não se falaria mais sobre o negro e seus dilemas.

**Autorizada a citação e/ou reprodução deste texto, desde que não seja para fins comerciais e que seja mencionada a referência que segue. Favor alterar a data para o dia em que acessou-o:**

GARCIA, Allyson Fernandes. O lugar do negro na imprensa goiana: 1983-1993. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em: <[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Negro\\_imprensa\\_goiana.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Negro_imprensa_goiana.pdf)>. Acesso em: 2 Mai. 2010.

<sup>19</sup> SCHWARCZ, 2000, p. 13.

<sup>20</sup> Caderno 2. In: Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, capa.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Luiz. O humano direito à identidade. In: OLIVEIRA, D. D. de. et al. (orgs.). **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 61-70.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CABRERA, Olga. Entre a invisibilidade e a cor do medo: literatura e escravidão no Brasil e em Cuba. In: CABRERA, Olga; ALMEIDA, Jaime de (Orgs.). **Caribe, sintonias e dissonâncias**. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004. p. 27-43.
- CAPELATO, Maria H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1990.
- CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). **Espelho Infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FONSECA, Maria Nazareth S. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira. In: (org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 76-104.
- HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. O negro na publicidade. In: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 103-114.
- LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias do. Prefácio. In: OLIVEIRA, Dijaci D. de. et al.(orgs.). **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: UnB; Goiânia: UFG, 1998. p. 11-13.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Dijaci D. de. et al.(orgs.). **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: UnB; Goiânia: UFG, 1998.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Ardis da imagem**: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Belo Horizonte: Mazza; PUCMinas, 2001.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montranha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. (Coleção Virando séculos: 7)

SILVA, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VALENTE, Ana Lúcia E. Farah; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Movimentos Sociais: os negros, cultura e resistência. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia Regina da (orgs.). **Religião, política, identidade**. São Paulo: EDUC, 1988. p. 133-141.